

ORGANIZAÇÕES GENTILÍCIAS ENTRE LEÇA E AVE (*)

Armando Coelho F. da Silva (**)

A área geográfica compreendida entre os vales do Ave/Vizela, a N, o vale do Leça/Serra da Agrela e seus prolongamentos, a E, e o mar, a W, abrangendo a quase totalidade dos concelhos de Matosinhos, Vila do Conde, Maia, Santo Tirso e uma pequena margem a NW do concelho de Paços de Ferreira, como que forma uma importante unidade geo-histórica propícia, desde tempos remotos, à actividade agro-pecuária e marítima, que ainda hoje, a despeito da industrialização, lhe marca o seu *facies* característico.

Com vestígios de ocupação desde períodos recuados da Pré-história, são consideráveis as suas estações megalíticas e os achados da Idade do Bronze, manifestando-se na Idade do Ferro já como um expressivo foco de densidade humana, conforme nos é testemunhado pelo apreciável número dos seus povoados, tanto mais de estimar quanto se trata de uma zona aparentemente mal dotada de condições naturais favoráveis às actividades económicas e de defesa típicas da Cultura dos Castros. Documentamos, *in specie* (Est. I) :

Concelho de Matosinhos : 1. Castro, Custóias; 2. Castro/Castelo, Guifões;
3. Castro, Lavra;

Concelho de Vila do Conde : 1. Cividade, Bagunte; 2. Castro de Argifonso, Arcos; 3. Castro, Labruge; 4. Castro de S. Paio, Labruge; 5. Castro, Retorta; 6. Castro de Boi, Vilarinho;

Concelho da Maia: 1. Castro/Castelo da Maia, Alto da Maia, Águas Santas; 2. Castro/Castelo, Santa Maria de Avioso; 3. Castro, Barca; 4. Castro/Monte de Faro, Gemunde; 5. Pedras Rubras, Moreira;

Concelho de Santo Tirso : 1. Castro/Monte de S. Marcai, Alvarelhos; 2. Castro/Monte Padrão, Monte Córdova; 3. Castro de Santa Margarida, Santa Maria de Negrelos;

Concelho de Paços de Ferreira (NW) : 1. Citânia de Sanfins, Sanfins de Ferreira.

Os resultados arqueológicos conseguidos através das escavações realizadas, excepcionalmente de modo sistemático, em algumas das estações referidas, pelas características da metodologia utilizada quer no trabalho de campo, normalmente sem atenção à estratigrafia, quer nas operações

(*) Comunicação apresentada no Colóquio de História Regional e Local comemorativo do Milenário do Mosteiro de Santo Tirso realizado em 17-18 de Março de 1979.

(**) Bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica.

de laboratório, apenas têm permitido penetrar lentamente na compreensão do processo cultural das comunidades castrejas. Não é, todavia, nosso propósito desenvolver esta temática neste momento.

E a investigação epigráfica, por seu turno, efectuada a maior parte das vezes em desconexão com os dados arqueológicos, também não nos tem esclarecido convenientemente sobre quanto poderia estar ao seu alcance.

É neste sentido que pretendemos com o presente trabalho, em que nos vamos basear na nossa versão sobre três monumentos epigráficos relacionados com dois castros bem significativos — a Citânia de Sanfins e o Castro de Alvarelos —, contribuir para o estudo de alguns aspectos da organização social dos povos desta região nos seus tempos proto-históricos e de romanização.

* * *

1. *Inscrição de Sanfins (Paços de Ferreira)* Est. II, 1, 2; IV, 1, 2.

Inscrição votiva nas duas faces de um penedo situado a cerca de 500 m a N da Citânia de Sanfins, concelho de Paços de Ferreira; *in situ*.

Penedo granítico de forma ovalada, orientado longitudinalmente no sentido N-S, ligeiramente afeiçoado nas áreas epigrafadas, com dimensões máximas de 360 x 240 x 120 cm.

Campo epigráfico: face E: 80/55 x 59 cm.

face W: 145x75 cm.

*Numidi / Cosuneae / Fidueneorum / hic / l (ibentes) (?) / f (idem)
s (olverunt) ou Cosuneae / Numidi / Fidueneorum...*

Aqui se cumpriram de boa vontade as promessas a *Cosunea* divindade dos *Fidueneae*.

Altura das letras: linha I: 1.2.: 15; 3.4: 20; 5.6: 28 cm;

8: 1: 18; 2: 16; 3: 14; 4.5.6: 12; 7.8: 12;

S: 1: 20; 2: 17; 3: 15; 4: 15; 5: 14; 6.7: 12; 8.9.10.11: 15;

4: 1: 23; 2: 20; 3: 17;

5: 1: 10;

6: 1: 25; 2: 25.

Espaços interlineares: face E: 1: 15/22

face W: 1: 20; 2: 6; 3: 10.

Letras um pouco desgastadas pela erosão.

Bibliografia numerosa para uma inscrição de leitura e interpretação difícil:

- ARGOTE (J. C), *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*, vol. II, Lisboa, 1734, p. 467;
BLAZQUEZ MARTÍNEZ (J. M.), *Religiones primitivas de Hispania, I. Fuentes literarias y epigráficas*, Roma, 1962, p. 120; *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*, Ed. Igtmo, Madrid, 1975, p. 57, 99.

- BOUZA-BREY (F.), A Deidade Galaica Susuneneoeco, *O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*, Santo Tirso, vol. V, n.º 2, 1957, p. 257 (proveniência errónea).
- CARDOZO (M.), *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento*, 2ª ed., Guimarães, 1972, p. 35, n.º 70 e 120; *Correspondência epistolar entre Emílio Hiibner e Martins Sarmiento (Arqueologia e Epigrafia) 1879 - 1899*, Guimarães, 1974, p. 37-38; p. 40-41, n. 12 e 13. CORTEZ (P. R.), Das populações pré-célticas do Norte de Portugal, *Boletim da Associação de Filosofia Natural*, vol. II, n.º 21, Porto, 1951, p. 179. ENCARNAÇÃO (J. d') *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1975, p. 169-171. GUIMARÃES (O.), *Catálogo do Museu Archeologico, Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Porto, 1901, p. 69. n.º LX.
- HOLDER (A.), *Alteltischer Sprachschitz*, t.I, Leipzig, 1896, p. 1495; t.II, 1904, p. 712.
- HÜBNER (E.), *CIL IIS*, 5607; *EE*, vol. VIII, p. 400; *Monumenta linguae ibericae*, Berlim, 1893, p. 182, n.º LIII; *Römische Herrschaft in Westeuropa*, Berlim, 1890, p. 258-259. LOPEZ CUEVILLIAS (F.), Estudos sobre a idade do ferro no noroeste da Península-A religión, *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*, vol. VI, Compostela, 1933-34, p. 311. PAÇO (A.), Citânia de Sanfins, I. Notícia histórica, *O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*, Santo Tirso, vol. I, n.º 3, 1952, p. 358-359, 381-382; Citânia de Sanfins, IV. Alguns documentos históricos, *idem*, vol. III, n.º 2, 1954, p. 209-211. SARMENTO (F. M.), Inscrições inéditas, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* (2.ª Série), t. IV, Lisboa, 1883-84, p. 58 = *Dispersos*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933, p. 175; «Cidade Velha» de Monte Córdova, *O Archeologo Português*, vol. I, Lisboa, 1895, p. 145-151 = *Dispersos*, p. 423-427. TOVAR (A.), Lenguas prerromanas de la Península Ibérica, *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, t. I, Madrid, 1960, p. 114 (n. 50)-115. TOVAR (A.), y NAVASCUES (J. M.), Algunas consideraciones sobre los nombres de divindades del oeste peninsular, *Boletim de Filologia*, t. IX, vol. II, Lisboa, 1950, p. 182. VASCONCELLOS (J. L.), *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa, 1905, p. 188-189.

A nossa interpretação ⁽¹⁾, que segue uma leitura conjunta, e não alternada, das duas faces do penedo, apresenta as seguintes variantes fundamentais relativamente as anteriormente propostas:

1. Leitura da *linha 1*: *numidi* — *numini* ⁽²⁾, de preferência a *munidi* ⁽³⁾, por motivos de carácter paleográfico, nomeadamente o alargamento do *M* característico desta inscrição; nunca *nimid* ou *niminid* ⁽⁴⁾, *nimidi* ⁽⁵⁾ ou *numinib(us)* ⁽⁶⁾;
2. conexão dos dativos *numidi* — *numidi* (face W) com *Cosunae* (face E), indicativos da divindade e nunca de gentílico ⁽⁷⁾;

(1) *A Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*, Relatório do Seminário de História da Arte e Arqueologia por nós apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano lectivo de 1972-1973, p. 63-64, 74 (ms. inédito).

(2) Cfr. *Numini*: *ILER*, 599 (Aguilar de la Frontera, Córdoba); *CIL*, II, 2008 = *ILER*, 601 (Escala, Málaga); *CIL IIS*, 5760 = *ILER*, 602 (Palencia). *Numinibus* (pl.): *CIL* II, 2395 = *ILER*, 521 (Panóias, Vila Real).

(3) Possíveis paralelos: *ILER*, 883 (Chaves); *ILER*, 884 (Arroyo del Puerco, Cáceres); *ILER*, 885 (Idanha-a-Velha).

(4) SARMENTO, «Cidade Velha», *op. cit.*, p. 145-147.

(5) *CIL IIS*, 5607: *nimidi* ou *nimid*; TOVAR, Lenguas, *op. cit.*, p. 114-115: *nimidi*.

(6) VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 188; CARDOZO, *op. cit.*, p. 35, n.º 70.

(7) CORTEZ, *op. cit.*, p. 179.

3. identificação de *Fiduenearum* não como apelativo de quaisquer ninfas⁽⁸⁾ mas da unidade gentilícia da Citânia: é um genitivo do plural, em caso idêntico ao da designação de muitas *gentilitates*⁽⁹⁾;
4. existência provável de um *L* intencional na zona inferior do campo epigráfico do lado W, que podemos relacionar com / (idem) s (olverunt) do lado E, de preferência a / (eminae) s (anctissimae)⁽¹⁰⁾.

A sua datação é tardia; nunca, porém, mediévia⁽¹¹⁾. O traçado das letras, nomeadamente, *M*, *N*, *V*, é similar ao de miliários do Noroeste por meados do séc. III e a utilização dos nexos pode constituir, também, um índice de datação tardia.

A presente leitura e sua interpretação, apesar das dificuldades que encerram, afiguram-se-nos mais consistentes que as anteriormente apresentadas, colocando-nos efectivamente perante um santuário sito extramuros, mas com certeza adentro do *territorium* da Citânia, onde os seus habitantes, de nome *Fidueneae*, prestavam culto a uma divindade com vários paralelos na área tradicional da Cultura dos Castros do Noroeste peninsular, que vem sendo habitualmente assimilada a Marte⁽¹²⁾.

Estamos até convictos de que a escavação do local nos poderá revelar estruturas arquitectónicas e outro espólio cronológica e culturalmente significativo.

2. *Inscrição de Guilhabreu (Vila do Conde) Est. III, 1; V, 1*

Inscrição funerária encontrada em contexto arqueológico de interesse no lugar de Vila Boa, freguesia de Guilhabreu, concelho de Vila do Conde no ano de 1893⁽¹³⁾; está conservada na Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa.

Bloco granítico constituído por três corpos, sendo o superior moldurado e o inferior uma simples base, com dimensões máximas de 98 x 44 cm.

(8) VASCONCELLOS, *op. cit.*, p. 188; CARDOZO, *op. cit.*, p. 35; BLAZQUEZ MARTINEZ, *Religiones, op. cit.*, p. 120; *Diccionario, op. cit.*, p. 99; Las religiones Indígenas del área noroeste de la Península Ibérica en relación con Roma, *Legio VII Gemina*, Catedra de San Isidoro, León, 1970, p. 77.

(9) Cfr. listas de ALBERTOS FIRMAT, *op. cit., passim; Lapitearum, CIL II*, 2395 = ILER, 521 (Panóias, Vila Real): *...urnarum, CIL II*, 2409 (Castelo de S. Veríssimo, Felgueiras).

(10) BLAZQUEZ MARTINEZ, *Religiones, op. cit.*, p. 120.

Não é possível a transcrição *H S* de *CIL, IIS*, 5607; O. GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 69 e A. TOVAR, *Lenguas, op. cit.*, p. 114.

(11) ENCARNAÇÃO, *op. cit.*, p. 171. É natural que as duas cruzes gravadas na parte superior sejam, essas sim, sinais divisórios mediéviicos.

(12) Cfr., vg., BLAZQUEZ MARTINEZ, *Las religiones indígenas, op. cit.*, p. 72-73; J. C. BERMÉJO BARRERA, *La sociedad en la Galicia castreña*, Follas Novas Ed., Santiago de Compostela, 1978, p. 39-62.

(13) J. L. de V(ASCONCELLOS), *Bibliographia. Portugalia — Noticias epigraphicas* (p. 289-290), *O Archeologo Português*, vol. XI, Lisboa, p. 371. Possível *villa romana*.

O campo epigráfico confunde-se praticamente com o corpo intermédio, rectangular, de 60 x 35 cm.

Ex ⊃ (castro/castello) *U/liain/ca* (rum?). *Lan/asus/Mebdi/ex* ⊃ (castro/castello) *Fi* (duenearum?) / *an* (norum) *LXX*.

Lanasus, filho de *Mebdus*, do castro dos *Fidueneae* (?), falecido aos 70 anos, (aqui está sepultado). Os habitantes do castro dos *Ulaincae* (erigiram-lhe este monumento).

Altura das letras: linha 1: 1: 6; 2: 7; 3: 9; 4: 6,5cm;

2: 1: 10; 2: 9; 3: 9; 4: 8;

3: 1: 6; 2: 11; 3: 10; 4: 5: 9;

4: 1: 6; 2: 6; 3: 5; 4: 6,5; 5: 1:

5,5 2: 6; 3: 7; 4: 7; 5: 7; 6: 1:

4; 2: 4; 3: 7; 4: 8; 5: 8;

7: 1.2: 4; 3: 8; 4: 6; 5: 6.

Espaços interlineares de cerca de 2 cm., excepto nas duas últimas linhas onde o ordenamento aparece alterado.

Bibliografia :

ALBERTOS FIRMAT (M. L.), *Organizaciones suprafamiliares en Ia Hispania antigua*, Departamento de Prehistoria y Arqueologia, Valladolid, 1975 (*Studia Archaeologica*, 37), p. 33; Perduraciones indígenas en la Galicia romana: los castros, las divinidades y las organizaciones gentilicias en la epigrafia, *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*, Lugo, 1977, p. 22.

CARDOZO (M.), *Catálogo do Museu de Martins Sarmento*, 2.^a ed., Guimarães, 1972, p. 107, n.º 65.

Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento (Arqueologia e Epigrafia) 1879-1899, Guimarães, 1947, p. 226, 228-9.

GUIMARÃES (O.), *Catálogo do Museu Archeologico*, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Porto, 1901, p. 68, n.º LVIII.

HÜBNER (E.), *EE*, vol. VIII, p. 398, n.º 110.

Noticias epigraphicas - Lápides de Guidões, *Portugalia*, t. II, Porto, 1905-1908, p. 289.

V(ASCONCELLOS) (J. L.), *Bibliographia. Portugalia — Notícias epigraphicas* (p. 289-290), *O Archeologo Português*, vol. XI, Lisboa, p. 371-373.

É uma inscrição extremamente difícil.

A nossa leitura, que atende ao estado actual da investigação sobre a organização social dos povos do Norte na Antiguidade e se apoia numa observação cuidada da inscrição, segue de perto M. L. Albertos Firmat: «*Ex* ⊃ *ULIAINCA*, *Lavasus Mebdi ex* ⊃ *Fi* ... (final inseguro) ⁽¹⁴⁾» e «*Ex* C(astello) *VLIAINCA* ... *ex* C(astello) *FI* ... (?) ⁽¹⁵⁾», preterindo, por isso, quer a versão de Hübner: «*Ex* ⊃ (enturia) *U/liain/ca*, *Lav/asus /Mebdi* / *ex* ⊃ (enturia) *Fa* (bia?) *an* (norum) *LXX* ⁽¹⁶⁾» e sobretudo a de J. Leite de Vasconcelos: «*Exiu/ litin/ca Lan/asus,/Mebdi/exi fi* (lius) / *an*(norum) *LXX* ⁽¹⁷⁾».

(14) *Organizaciones suprafamiliares*, *op. cit.*, p. 33. Imprecisões na proveniência.

(15) *Perduraciones indígenas*, *op. cit.*, p. 22. Imprecisões na proveniência.

(16) *EE*, vol. VIII, p. 398, n.º 110.

(17) V(ASCONCELLOS), *idem*, p. 373.

Os desdobramentos em genitivo do plural, por nós propostos, como determinativos, parecem-nos mais plausíveis que ablativos de origem, a considerar pelos paralelos em referência à inscrição anterior⁽¹⁸⁾.

A onomástica, quer dos etnónimos quer dos antropónimos, é totalmente indígena, aparecendo-nos *Lanasus*, que preferimos com J. L. Vasconcellos a *Lavasus*⁽¹⁹⁾, apenas aqui e *Mebdus* com dois paralelos⁽²⁰⁾.

A inscrição, em letras cursivas, unciais e capitais, poderá datar-se do séc. IV⁽²¹⁾.

De salientar a referência de duas unidades gentílicas, uma das quais nos aparece como entidade colectiva a erigir o monumento à memória de um indivíduo originário de outra unidade, que presumimos ser a dos *Fidueneae*, referida no documento anterior.

3. *Inscrição de Alvarellos (Santo Tirso) Est. III, 2; V, 2.*

Lápide encontrada em Agosto de 1972 numa bouça do lugar de Sobre Sá, freguesia de Alvarellhos, concelho de Santo Tirso, deslocada do seu contexto arqueológico originário, servindo de padieira na entrada de uma mina de água; está actualmente guardada numa dependência da Quinta do Paço, da mesma freguesia.

Bloco de granito da região, de forma paralelepípedica ligeiramente irregular (77/80x28/31x15/20cm), fracturada na parte inferior onde há vestígios, a toda a extensão, da parte superior de mais uma linha.

Campo epigráfico: 70 x 25 cm.

*Made/quis(enses) / statu/erunt / Ladro/no • Ca/mali • f(ilio)/
Antonio/a(nimo) • i(ibentes) • mo[numentum?].*

Os *Madequisences* erigiram de livre vontade este monumento a *Ladronus Antonius*, filho de *Camadus*.

Altura das letras: linha 1: 1: 6; 2: 7; 3,4: 7 cm; 2: 1: 7;
2: 5; 3: 5,5; 4: 5; 3:1: 6; 2: 5,5; 3:
6; 4: 6,5; 5: 5; 4:1: 4,5; 2: 6,5; 3:
5; 4: 5,5; 5: 6; 5:1: ?; 2: 5,5; 3:
6,5; 4: 7; 5: 5,5; 6:1: 6; 2: 5,5; 3:
5,5; 4: 6; 7:1: 5; 2: 4,5; 3: 5; 4: 5;
5: 5;
8: 1.2.3: 5,5; 4: 5; 5: 6; 6: 5,5; 7: 5; 9:
1: 6,5; 2: 5; 3: 5,5; 4: 6.—

Espaços interlineares : 1: 2; 2: 2; 3: 2/4; 4: 2/3; 5: 2; 6: 2; 7: 1,5/2; 8: 1/3; 9: 1/2.

Letras bem gravadas.

(18) ALBERTOS FIRMAT, *Organizaciones, op. cit.*, p. 34. Cfr. *Fiduenearum* e nota 9.

(19) Nexo semelhante ao de *an* (norum).

(20) *CIL US*, 5556 (Botelhas, Vila Real); *CIL IIS*, 5580 = *ILER*, 4139 (Cárquere, Lamego).

(21) CARDOZO, *Catálogo, op. cit.*, p. 107, n.º 65.

De bibliografia ainda reduzida, assinalamos a notícia do achado no *Jornal de Santo Tirso* e no *Jornal de Notícias*, Porto, 23/1/1973; a leitura de LE ROUX (P.) et TRANOY (A.), Contribution à l'étude des regions rurales du N.O. hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, 1974, p. 252, n. 16; e o estudo recentemente publicado por SANTARÉM (Carlos M. Faya), uma inscrição romana de Alvarelos — Santo Tirso, *Santo Tirso — Boletim Cultural Concelhio*, vol. I, n.º 1, 1977, p. 161-170.

A nossa versão ⁽²²⁾ corresponde essencialmente à proposta pelos autores citados, com variante na 1.9: P. Le Roux et A. Tranoy, ao lerem ALMO/[NIS?...], insinuam tratar-se de parte do nome do pai de *Antonius* em genitivo; C. Santarém hesita entre esta mesma versão e o cognome *Almus*, em dativo: ALMO.

A observação, a luz rasante, que nos parece mostrar, para além dos pontos bem gravados a separar *Ladrono* de *Camali* (1.7) e *Camali* de *f(ilio)* (1.8), dois outros pontos pouco perceptíveis a separar A(nimo) de L(ibentes) e este de MO[*NUMENTUM?*](1.9 e 10), sugere-nos a leitura por nós apresentada, que, de resto, não vemos motivo para substituir mesmo que se não confirme a existência de tais pontos distintivos. Os vestígios da 1.10, onde poderá ter estado com nexos o prolongamento de MO[*NUMENTUM*], adequam-se, por sua vez, perfeitamente, à nossa leitura.

A forma do monumento, o sentido gramatical e os paralelos de formulário, nomeadamente a utilização do verbo *statuerunt... monumentum* ⁽²³⁾, indicam-nos tratar-se de uma inscrição funerária ⁽²⁴⁾ erigida pelos *Madequisenses*, explicitamente, os habitantes do Castro/Castelo da Maia, à memória e, com certeza, em homenagem a *Ladronus Antonius*, filho de *Camalus*, personalidade cuja onomástica manifesta, pelo nome de seu pai ⁽²⁵⁾ e pelo seu próprio nome ⁽²⁶⁾ já associado a um célebre gentílico latino, *Antonius*, a vitalidade das tradições indígenas num meio em romanização.

Para determinar a sua datação, não podemos utilizar mais que o critério paleográfico, que poderá colocar esta inscrição de Alvarelos em igualdade de circunstâncias com a inscrição de Sanfins, onde também se nota o alargamento da letra *M*.

(22) O presente texto, nomeadamente a leitura epigráfica e sua interpretação, faz parte de um trabalho por nós realizado no ano lectivo de 1972-73 no âmbito da cadeira de Epigrafia, do Curso de História da Faculdade de Detrás da Universidade do Porto.

(23) *Monimentum statuerunt in* ALMEIDA (F. de), *Egítânia. História e Arqueologia*, Lisboa, 1956, n.º 106 = *ILER*, 3474 = *HAE*, 1148; *munimentu(m) statuerun(t)*, *idem*, n.º 133 = *ILER*, 3475 = *HAE*, 1172. Cfr. também *CIL* II, 149 = *ILER*, 3473; *CIL* II, 528 = 3481; *CIL* II, 663 = *ILER*, 3607; *CIL* II, 1542 = *ILER*, 3472; *CIL* H, 2435 = *ILER*, 3476; *CIL* II, 2547 = *ILER*, 3471; *CIL* IIS, 5220 = *LER*, 3478; *CIL* IIS, 5229 = 3477; *ILER*, 3479 e 3480; RIBERO (J.), Duas inscrições inéditas do Museu de Castelo Branco, *Conimbriga*, vol. XV, Coimbra, 1976, p. 135-138.

(24) Para SANTARÉM, *op. cit.*, p. 169-170 ou é laudatória ou marco terminal.

(25) *Camalus* é antropónimo de inegável origem céltica representante típico da nona luso-calaica (II-III) definida por UNTERMANN (J.), *Elementos de un atlas antropológico de la Hispania antigua*, Madrid, 1965 (Bibliotheca Praehistorica Hispana, VII), p. 85-86.

(26) Apesar da ranhura da pedra, é clara a leitura de *Ladronus*, antropónimo indígena também representado em Penafiel (LE ROUX et TRANOY, *op. cit.*, p. 251-252) e numa inscrição funerária possivelmente proveniente de Cárquere, Lamego (*CIL* IIS, 5248 = *ILER*, 4876, onde se lê erroneamente *Laroni* e não *Ladroni*), em cujo Museu Regional está conservada sob n.º de inventário 581/23-AQ.

O interesse particular deste monumento, aparecido num castro localizado no coração da Terra da Maia, reside sobretudo no facto de se tratar de um novo e importante dado para o estudo das suas origens ⁽²⁷⁾-

* * *

Considerando a documentação apresentada, permitimo-nos fazer as seguintes considerações :

1. *Sobre as organizações gentilícias*

1. A investigação dos últimos anos sobre as fontes literárias, epigráficas e arqueológicas tem permitido esclarecer, quantitativa e qualitativamente, vários aspectos da organização social dos povos do Norte da Península na Antiguidade ⁽²⁸⁾, tendo não raras vezes a revisão sistemática dos dados antigos pelos recentemente conseguidos e a utilização de uma metodologia tecnicamente mais rigorosa possibilitado a rectificação de conceitos que praticamente faziam parte do nosso *establishment* científico.

Cabe, a este respeito, referir especificamente as observações de M. L. Albertos Firmat sobre as organizações suprafamiliares na Espanha Antiga ⁽²⁹⁾, ao invalidar, de maneira que se nos afigura consistente, a doutrina tradicional sobre as organizações indígenas do Noroeste que desde Schulten ⁽³⁰⁾ se têm vindo a apelar de «centúrias», uma vez que o signo \supset de que vão precedidas nas epígrafes, que ordinariamente se aplica às centúrias militares romanas, se deve entender, no caso vertente, como significando *castellum* ou *castrum*, o que se adequa perfeitamente à realidade arqueológica do Noroeste peninsular.

Neste contexto, as unidades, gentilícias referidas nas inscrições estudadas permitem alargar e precisar a própria lista fornecida por M. L. Albertos Firmat ⁽³¹⁾, donde consta já a inscrição de Guilhabreu (Vila do Conde), podendo ser, deste modo, registada no quadro geográfico deste trabalho a existência de três unidades gentilícias suprafamiliares: o castro dos *Fidueneae*, o dos *Uliaincae* e o dos *Madequisenses*.

Convencidos, com J. C. Baroja ⁽³²⁾, de que cada castro pequeno é a expressão material, arqueológica, de uma *gentilitas*, é óbvia a relação dos *Fidueneae* com a Citânia de Sanfins.

(27) cfr. SANTARÉM, *op. cit.*, com hesitações.

(28) cfr. sobretudo os ensaios de carácter metodológico e topográfico, de ordem monográfica e/ou geral, de J. C. BAROJA, A. TOVAR, M. L. ALBERTOS FIRMAT, G. FABRE, P. LE ROUX, A. TRANOY, A. RODRIGUEZ COLMENERO, J. C. BERMEDO BARRERA, etc.

(29) *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*, Departamento de Prehistoria y Arqueología, Valladolid, 1975, (*Studia Archaeologica*, 37), p. 63-66 (Apêndice final) e *Perduraciones indígenas en la Galicia romana: los castros, las divinidades y las organizaciones gentilicias en la epigrafía*, *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*, Lugo, 1977.

(30) Centúria = clā, in A. SCHULTEN, *Los Cantábrros y Autureis y su guerra con Roma*, Espasa - Oalpe, S. A., col. Austral, Madrid, 1962, p. 72.

(31) *Organizaciones*, *op. cit.*, e *Perduraciones*, *op. cit.*

(32) Organización social de los pueblos del Norte de la Península Ibérica en la Antigüedad, *Legio VII Gemina*, Catedra de San Isidoro, León, 1970, p. 43.

Falta-nos, porém, estabelecer a que período da Citânia se poderá reportar este nome, uma vez que, dada a grandeza das suas dimensões, não vemos inconveniente em que aí habitasse mais de uma gentilidade⁽³³⁾.

Apesar de, no estado actual da investigação, qualquer formulação cronológica da Citânia de Sanfins não poder ser mais que condicional e hipotética, que só se poderá tornar válida quando for possível estabelecer as necessárias seriações estratigráficas, que as últimas escavações nos têm dado a impressão de augurar, presumimos, por índices arqueológicos tendenciais, que a cronologia tardia da inscrição corresponde a um período de decadência com abandono, em que a Citânia se vê transformada num castro reduzido e substituída, em função do processo de romanização, pela ocupação das áreas de aptidão agrícola das redondezas, como o testemunham sobremaneira as várias necrópoles calaico-romanas, algumas das quais bem relacionadas com castros de meia encosta, já em ambiência agrícola⁽³⁴⁾.

Cientes todavia das características conservadoras das estruturas sociais e mormente das religiosas, das suas interrelações e respectiva expressão onomástica, que frequentemente assume o papel de fóssil, estamos convencidos que a existência deste nome em época tardia, para mais conectado com o culto a uma divindade típica dos povos castrejos, manifesta a pervivência do nome da gentilidade da Citânia de Sanfins no período da sua formação, e para cuja perduração terá com certeza contribuído o seu próprio carácter possivelmente sagrado⁽³⁵⁾. A isto nos levam certas identidades, vg., com o mundo galo-romano, onde os nomes dos povoados do mesmo modo que os dos montes e os rios eram sagrados e para não desagradar aos deuses os conservavam mesmo que fossem anteriores aos celtas⁽³⁶⁾.

Podendo também denunciar a sua alta antiguidade, resta saber até que ponto a sua expressão feminina não encobrirá algo da *ginecocracia* dos povos do Norte referida por Estrabão⁽³⁷⁾.

Esta nossa convicção e suas sequelas são, em toda a sua compreensão, extensivas às outras duas gentilidades, a dos *Uliaincae* e dos *Madequisenses*, enquanto as suas relações com estruturas arqueológicas não sejam tão claras, por falta de investigação sistemática.

2. O facto de ambas nos aparecerem, de acordo com a nossa interpretação, como entidades colectivas sediadas nesta zona, uma provavelmente para N (*Madequisenses*), outra mais para W (*Uliaincae*), parecem sugerir a transformação deste centro num núcleo polarizador de grupos organizados provenientes da região que estamos a considerar. O conjunto significativo de achados ocasionais do castro de Alvarelhos⁽³⁸⁾ com índices

(33) M. L. ALBERTOS FIRMAT, *Perduraciones*, *op. cit.*, p. 19.

(34) *A Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*, relatório do Seminário de História da Arte e Arqueologia por nós apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano lectivo de 1972-73, p. 85-87 (ms. inédito).

(35) Cfr. a generalidade da bibliografia sobre a inscrição de Sanfins e especificamente a nota 8.

(36) p. LEBEL, *Quelques reflexions sur le nom de lieux gaulois (Homage à Albert Grenier)*, *Latomus*, vol. LVIII, t. 3, Bruxelles, 1962, p. 873.

Recordo, a título de exemplo, para o N de Portugal: deus *Tameobrigus* — rio Tâmega; deus *Larocus* — serra do Larouco.

(37) III, 4, 18.

(38) Elenco sumariado in C. A. F. ALMEIDA, *Romanização das Terras da Maia*, 1969, (Estudos sobre a Terra da Maia, IV), p. 25-26 e C. M. F. SANTARÉM, *Uma inscrição romana de Alvarelhos, Santo Tirso — Boletim Cultural Concelhio*, vol. I, n.º 1, Santo Tirso, 1977, p. 161-164.

seguros de intensa romanização apontam-nos, com efeito, para um processo de crescimento com certeza relacionado com a sua implantação junto da via romana *Cale — Brocara Augusta*, precisamente em sentido inverso ao ocorrido na Citânia de Sanfins.

Daí, que não se afigure necessária, apesar da sua localização no coração da Terra da Maia, a vinculação dos *Madequisenses* ao Castro de Alvarelhos, pois poderia tratar-se apenas de um grupo de habitantes vindos do Castelo da Maia, *ex C(astello) Madae* ⁽³⁹⁾, como muito bem podiam ser referidos em alternativa à forma adjectivada da inscrição.

Nesta ordem de ideias, poderiam ser outrossim os *Uliaincae* os habitantes originários do castro... Ou nem uns nem outros, pois, à falta de documentação arqueológica com valor cronológico, nada nos pode garantir que o Castelo da Maia não possa ter sido uma emanção do Castro de Alvarelhos e os *Uliaincae* uma unidade gentilícia procedente de outra parte.

3. O facto, porém, de na inscrição, bem tardia, de Guilhabreu nos aparecer referido, com muita probabilidade, um indivíduo originário de Sanfins poderá significar para nós a exemplificação de uma mobilidade atávica regional entre os povoados castrejos, que, pela consideração dos dados ecológicos e princípios de determinação de hierarquias e zonas de influências dos centros urbanos, já tínhamos adivinhado ⁽⁴⁰⁾.

A equidistância da ordem dos 25 Km entre os castros considerados, de Sanfins a Alvarelhos, como também a Mozinho, a Briteiros, a Guifões, etc. (Est. I), correspondente a uma jornada, aconselha-nos, efectivamente, a considerar esta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos, cuja distribuição, longe de ser anárquica, como muitos mapas aparentemente parecem manifestar ⁽⁴¹⁾, poderia obedecer a uma certa hierarquização.

É natural, porém, que pela posição ora adquirida pelo Castro de Alvarelhos e suas áreas de influência, em função da romanização, o sentido da corrente entretanto se alterasse.

As hipóteses são muitas e começam a ser tentadoras. Aguardemos as respostas e as orientações conjuntas da investigação arqueológica sistemática, já em curso e a programar para tão importante região, e de uma investigação epigráfica a realizar onde se atenda a uma possível «estratigrafia linguística».

Com tão minguada documentação, ficar-nos-íamos por aqui, se não entendêssemos oportuno, dentro deste contexto, fazer uma referência sobre o nome da *Maia*.

2. Sobre o nome da Maia

Conforme afirmámos atrás, o interesse particular da inscrição de Alvarelhos reside no facto de se tratar de um novo e importante dado para o estudo das origens da Maia ⁽⁴²⁾.

(39) Alto da Maia, freguesia de Aguas Santas, concelho da Maia. C. A. P. ALMEIDA, *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1978, p. 28-29.

(40) *Museu Monográfico da Citânia de Sanfins*, comunicação apresentada ao II Colóquio da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), realizado no Porto em Dezembro de 1976 (colab. Manuel Furtado Mendonça, inédita).

(41) Cfr., v.g., I. MOITA, Povoados, redutos e santuários castrenses (ensaios de classificação), *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, 1971, Est. I.

(42) Cfr. nota 27.

Em estudo minucioso sobre a *Paisagem toponímica da Mata* ⁽⁴³⁾, Domingos Moreira faz derivar a etimologia de *Maia* da forma *Amaia*, notando que a presença do *a-* inicial do radical ainda hoje se mantém no uso popular e corrente e era outrora constante ⁽⁴⁴⁾, aparecendo já a sua separação no séc. XI decerto pela confusão com o artigo já então nessa forma, como se vê da expressão «pelagio suarii calvo *da maia*» ⁽⁴⁵⁾, etimologia, cujo questionamento, em nosso entender, a epígrafe de Alvarelos vem possibilitar.

Com efeito, não me parecem consistentes as deduções filológicas baseadas na análise do radical *am-* como do seu sufixo *-aia*, que levam à conclusão de que «a etimologia terá de basear-se na forma *Amaia*» ⁽⁴⁶⁾: o facto de ninguém dizer «terra *de* Maia», mas sim «terra *da* Maia» (= terra d'*Amaia*), se é fenómeno que se verifica noutros casos como o apresentado pelo autor em Gove, Baião, outrora *Ogobi* e ainda no povo «Santa Maria *do* Gove», e não S. Maria *de* Gove, em outros tantos casos se não verificará: ninguém diz «terra *de* Feira», mas sim «terra *da* Feira», e ninguém exige como essencial ao seu radical um *a-* inicial. Muito simplesmente, o *a-* de «terra, vila ou concelho *da* Maia» e de «terra, vila ou concelho *da* Feira», como o *o-* de Santa Maria *do* Gove, aparecem por estarem ligados a nomes a que o povo junta uma significação masculina ou, no caso, feminina.

O facto de já no séc. XI aparecer indistintamente *amaia* e *a maia*, se se pode explicar pela confusão com o artigo já então nessa forma ⁽⁴⁶⁾, também se pode explicar a segunda forma por uma evolução fonética a partir de *Madea* > *Madia* > *Maia*. A frequência com que a forma *Madia*, que é, na essência, o radical que encontramos em *MADEQUIS* (enses), a cujo valor gentílico nos referimos anteriormente, ocorre na documentação medieval dos séculos XI a XIV ⁽⁴⁷⁾, representa um suporte bem sólido para a presente etimologia.

Com estes fundamentos, entendemos ser de preterir a etimologia derivada de *am-*, com significado de «altura» na onomástica do sector pré-indoeuropeu do Mediterrâneo ⁽⁴⁸⁾, e preferir, em substituição, uma com significado de «terra húmida», que formas indo-europeias derivadas do radical *mad-* ⁽⁴⁹⁾ parecem atestar. Curioso, em abono desta atribuição, verificar-se que o radical *uli-* presente na outra gentilidade aparecida nas

(43) D. A. MOREIRA, *Paisagem toponímica da Maia*, Maia, 1969, (Estudos sobre a Terra da Maia, III), p. 13.

(44) *Idem*.

(45) Ano de 1097, *Diplomata et Chartae* (Portugaliae Monumenta Historica), 512. *Idem*.

(46) *Idem*.

(47) Um rápido rastreio do *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1924, por bem elucidativo, dispensou-nos, de momento, de heurística mais aturada: *Madia*, p. 44, 45, 46, 54, 55, 57, 63, 64 (*bis*), 125, 238, 342, 419; *Madya*, p. 60, 65 (*ter*), 344, 419, 421; *terra de Madia*, p. 51, 56, 57, 59, 75, 223, 224, 225, 496; *terra de Madya*, p. 72 (*bis*), 74, 75, 343 (*bis*), 493; *castellum de Madia*, p. 71. Já D. A. MOREIRA, *op. cit.*, p. 14 assinalara *Castelli Madie* citado em 1258, in *Inquisitiones* (Portugaliae Monumenta Historica), 505; igualmente, C. M. F. SANTAREM, *op. cit.*, p. 168.

(48) D. A. MOREIRA, *op. cit.*, p. 16-18.

(49) Cfr., vg., A. ERNOUT et A. MEILLET, *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 4.* ed., Lib. C. Klincksiek, Paris, 1967, p. 377, vb. *madeo* e paralelos.

suas proximidades (*Uliaincae*) parece acumular este mesmo significado de carácter rústico que tão bem diz com a Terra da Maia ⁽⁵⁰⁾ (*).

Parto, Março de 1979.

ABREVIATURAS

CIL II S = *Corpus inscriptionum latinarum, Supplementum*, Berlim, 1892 (E. HÜBNER).

CIL II = *Corpus inscriptionum latinarum*, Berlim, 1869 (E. HÜBNER).

EE = *Ephemeris epigraphica*, Berlim, vol. VIII, Berlim, 1898 (E. HÜBNER).

HAE = *Hispaniae antiqua epigraphica*, Madrid, vol. I-XX, 1950-1969.

ILER = *Inscripciones latinas de la Espana romana*, Barcelona, 1971-72, (J. VIVES).

(50) *Idem*, p. 744, vb. *uligo*.

(*) Obs. às estampas: as fot. da Est. IV foram feitas sobre inscrição com tratamento bicromático de base de alvaiade sobreposto por óxido de ferro e a da Est. V, 1 sobre molde de gesso existente no Museu de Martins Sarmento (Guimarães).